

## **A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA A SOBERANIA ALIMENTAR NO PONTAL DO PARANAPANEMEMA – SP<sup>1</sup>**

**COCA, Estevan Leopoldo de Freitas<sup>2</sup>**

### **Resumo**

A soberania alimentar tem sido defendida por diversos representantes das forças subalternas - especialmente a coalização de movimentos camponeses Via Campesina - como uma proposta alternativa de controle dos sistemas alimentares. Enquanto o regime alimentar hegemônico é controlado pelo agronegócio e se caracteriza pela produção em larga escala, a padronização da dieta alimentar mundial e o distanciamento entre os produtores e os consumidores de alimentos; a soberania alimentar valoriza a produção local e em pequena escala. Nesse artigo é feita uma discussão sobre a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a construção da soberania alimentar no Pontal do Paranapanema, um conjunto de 32 municípios do estado de São Paulo - Brasil. O PAA é uma política pública criada pelo Governo Federal Brasileiro no ano de 2003 que tem dois objetivos principais: i) a compra governamental de produtos de origem camponesa sem a ocorrência de licitações e; ii) a doação de parte desses produtos para pessoas em condição de vulnerabilidade social. Foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: 1 - revisão bibliográfica e documental; 2 - consulta ao banco de dados sobre o PAA da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e; 3 - realização de entrevistas semi-estruturadas com camponeses proponentes, técnicos agrícolas e representantes de entidades socioassistenciais beneficiárias do PAA. Constata-se que o PAA tem contribuído para a construção da soberania alimentar no Pontal do Paranapanema através de fatores como o fortalecimento de cooperativas e associações camponesas, a diversificação produtiva, a garantia de renda, a valorização do trabalho feminino e a melhoria da alimentação no campo e na cidade.

**Palavras-chave:** Soberania alimentar; políticas públicas; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Pontal do Paranapanema; campesinato.

## **LA CONTRIBUCIÓN DE EL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS (PAA) POR LA SOBERANÍA ALIMENTARIA EN EL PONTAL PARANAPANEMEMA - SP**

**Resumen:** La soberanía alimentaria ha sido defendida por muchos representantes de las fuerzas subalternas - especialmente la coalición de movimientos campesinos Vía Campesina - como propuesta alternativa para el control de los sistemas alimentarios. Mientras que el regime alimentar hegemónico es controlado por el agronegocio y se caracteriza por la producción a gran escala, la normalización de la dieta alimentaria mundial y la brecha entre productores y consumidores de alimentos; soberanía alimentaria valora la producción local y de pequeña escala. En este artículo se presenta un análisis de la contribución del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) para la construcción de la soberanía alimentaria en Pontal do Paranapanema, un conjunto de 32 municipios del estado de São Paulo - Brasil. El PAA es una política pública creada por el Gobierno Federal de Brasil en 2003 con dos objetivos principales: i) Compra del Gobierno de productos campesinos sin la aparición de licitación y; ii) - la donación de estos productos a las personas en situación de vulnerabilidad social. Se adoptaron los siguientes procedimientos metodológicos: 1 - revisión bibliográfica y de documentos; 2 - consulta a la base de datos sobre los PAA de la Empresa Nacional de Abastecimento (CONAB) y; 3 - la realización de entrevistas semi-estructuradas con los proponentes campesinos, técnicos agrícolas y sus representantes de los las entidades de asistencia social beneficiarias de la PAA. Contacto que la PAA ha contribuido a la construcción de la soberanía alimentaria en el Pontal por factores tales como el fortalecimiento de las cooperativas y asociaciones de agricultores, la diversificación productiva, seguridad de ingresos, valoración del trabajo de las mujeres y una mejor nutrición en las zonas rurales y urbanas.

**Palabras clave:** Soberanía alimentaria; política pública; Programa de Adquisición de Alimentos (PAA); Pontal do Paranapanema; campesinado.

<sup>1</sup> Esse trabalho traz resultados da pesquisa de doutorado “A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede *Farm to Cafeteria Canada* (F2CC), no Canadá”, que tem sido financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> Doutorando em Geografia – FCT/Unesp. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). e-mail: estevanleopoldo@yahoo.com.br

## FOOD ACQUISITION PROGRAM CONTRIBUTION (PAA) FOR FOOD SOVEREIGNTY IN THE PONTAL PARANAPANEMA, STATE OF SÃO PAULO

**Abstract:** Many representatives of the subaltern forces - especially the coalition of peasant movements Via Campesina - have advocated food sovereignty as an alternative proposal for the control of food systems. While the hegemonic food regime is controlled by agribusiness and is characterized by large-scale production, standardization of global food diet and the gap between producers and consumers of food; food sovereignty values the local production and small-scale. In this work, there is a discussion on the contribution of the Food Acquisition Program (PAA) for the construction of food sovereignty in Pontal do Paranapanema, a set of 32 municipalities in the São Paulo state - Brazil. The PAA is a public policy created by the Brazilian Federal Government in 2003 with two main objectives: 1 - government purchase of peasant products without the occurrence of bids and; 2 - the donation of these products to people in a position of social vulnerability. The following methodological procedures were adopted: 1 - bibliographic and document review; 2 - query to the database on the PAA of the National Company of the Food and Supply (CONAB); and 3 - carrying out semi-structured interviews with proponents peasants, agricultural technicians and your representatives of beneficiaries social assistance entities of the PAA. Contact that the PAA has contributed to the construction of food sovereignty in the Pontal do Paranapanema by factors such as the strengthening of cooperatives and farmers' associations, productive diversification, income security, the valuation of women's work and better nutrition in rural and urban areas.

**Keywords:** Food sovereignty; public policy; Food Acquisition Program (PAA); Pontal do Paranapanema; peasantry.

### 1 - Introdução

Devido ao fato de que no capitalismo o alimento não é tratado pelo seu valor de uso, mas pelo seu valor de troca, o sistema alimentar global apresenta uma série de problemas como a padronização da dieta alimentar em escala pelo aumento do consumo de bens processados (POLLAN, 2006; McMICHAEL, 2013); elevados índices de obesidade, com destaque para os países tidos como desenvolvidos (PATEL, 2012; ROMAN-ACALÁ, 2013) e, principalmente, a fome (ZIEGLER, 2012), que atualmente atinge mais de 800 milhões de pessoas no mundo (FAO *et al*, 2014). Nessa seara, desde meados da década de 1990, forças contra-hegemônicas capitaneadas pela coalização internacional de movimentos camponeses Via Campesina, têm apresentado a soberania alimentar como uma proposta alternativa de fortalecimento dos sistemas alimentares locais (DESMARAIS, 2007; WITTMAN, 2011).

Nesse artigo, analisa-se a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - uma política pública criada pelo Governo Federal brasileiro no ano de 2003 - para a construção da soberania alimentar no Pontal do Paranapanema, um conjunto de 32 municípios do estado de São Paulo - Brasil. Busca-se compreender se o PAA contribui para a criação de um regime alimentar alternativo ou se ele é apenas uma política pública que visa legitimar o controle do agronegócio sobre o sistema alimentar global.

Para isso foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: 1 - revisão bibliográfica e documental sobre a proposta alternativa de soberania alimentar e sobre o PAA; 2 - consulta ao banco de dados sobre o PAA da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e; 3 - realização de entrevistas semi-estruturadas com camponeses proponentes do PAA; técnicos agrícolas e representantes de entidades socioassistenciais beneficiárias.

O artigo está dividido em três partes, além da presente introdução e das considerações finais. Primeiro consta uma discussão sobre a soberania alimentar como um regime alimentar alternativo. Na sequência, é feita uma caracterização do PAA enquanto proposta do Governo Federal brasileiro para o combate à fome e a geração de renda no campo. Por fim, discute-se a efetivação do PAA no Pontal do Paranapanema.

## **2 - A soberania alimentar como um regime alimentar alternativo**

Desde meados do século XVIII, quando ocorreu a II Revolução Industrial, o controle do mercado de alimentos tem sido um importante instrumento para a consolidação da economia capitalista em escala mundial (McMICHAEL, 2009). As formas de ajuste estrutural do capitalismo durante esse período podem ser lidas através do que autores como Friedman (1987), Friedman e McMichael (1989), McMichael (2009), Holt-Giménez e Shattuck (2011) denominam de “regime alimentares”. De acordo com McMichael (2009, p.140, tradução nossa):

O conceito de regime alimentar historiciza o sistema global de alimentos: problematizando linearmente as representações da modernização agrícola, sublinhando as regras centrais do alimento na economia política mundial e conceitualizando as principais contradições históricas, em particular nos regimes alimentares, que produzem crises, transformações e transições. Desse modo, a análise dos regimes alimentares constrói uma perspectiva estrutural para o entendimento da agricultura e das regras alimentares na acumulação de capital através do espaço.

Através da análise dos regimes alimentares é possível conhecer as estratégias do capitalismo para controlar o mercado agrícola e manter a situação de dependência política e econômica dos países periféricos. Em outras palavras, os regimes alimentares “suportaram o exercício do poder estatal dominante na expansão e sustentação das áreas do mercado e da dominação ideológica” (McMICHAEL, 2009, p. 144, tradução nossa).

Além do mais “o conceito de regime alimentar oferece uma interpretação não somente das bases agrárias da hegemonia mundial, mas também a evolução histórica dos

modelos de desenvolvimento que expressam e legitimam aquelas relações de poder” (McMICHAEL, 2009, p. 145, tradução nossa). Portanto, de maneira resumida, pode-se constatar a existências de três regimes alimentares: 1 - o que perdurou entre 1870 e 1930, caracterizado pela exportação de bens primários das colônias para a Europa que vivia seu processo de industrialização (FRIEDMAN e McMICHAEL, 1987); 2 - o que perdurou entre 1950 e 1970, quando os Estados Unidos se tornou o *dominant exporter* (FRIEDMAN, 2005), caracterizado pelo aumento da produtividade agrícola gerado pela Revolução Verde e pela maior ingestão de produtos processados por parte da população mundial (FRIEDMAN e McMICHAEL, 1987) e; 3 - o que começou na década de 1980 e perdura até a atualidade, caracterizado pelo projeto de globalização neoliberal (McMICHAEL, 2000), o domínio das grandes corporações sobre o sistema alimentar mundial (McMICHAEL, 2009; MONTEIRO e CANNON, 2012), a padronização da dieta alimentar mundial (STUCLER e NESTLE, 2012) e outros.

Tendo essas referências, a soberania alimentar é analisada no presente artigo como a proposta de um regime alimentar alternativo (McMICHAEL, 2014). A primeira vez em que a soberania alimentar foi pautada como uma alternativa ao controle das grandes corporações sobre o sistema alimentar mundial foi em 1996 no II Congresso da Via Campesina, em Tlaxcala, no México (WITTMAN, 2011). Nessa oportunidade, defendeu-se que a soberania alimentar com o controle de cada **nação** sobre o seu próprio sistema alimentar (VIA CAMPESINA, 1996). Mais adiante, essa proposta recebeu novos componentes, de tal modo que no Foro Mundial pela Soberania Alimentar, realizado em Nyeleni, no Mali no ano de 2007 compreendeu-se a soberania alimentar como:

[...] um direito dos **povos** a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações (NYÉLENI, 2007, tradução nossa, grifo nosso).

Percebe-se nessa definição que a soberania alimentar acontece quando **povos** controlam seus próprios sistemas alimentares. Isso quer dizer que passam a ser considerados como responsáveis pela construção da soberania alimentar, outros territórios, além do espaço de governança, ou seja, passa a ser considerada a diversidade territorial (FERNANDES, 2008). Mediante isso, a soberania alimentar “deixou de estar referida apenas aos Estados nacionais e construiu-se uma idéia de soberania societária, comunitária ou, como dizem alguns dirigentes, cidadã” (VIEIRA, 2011, p. 7).

São ainda importantes referências para a compreensão da proposta alternativa de soberania alimentar: 1 - a valorização do trabalho feminino como forma de superar as relações patriarcais no campo (DESMARAIS, 2003; De SCHUTTER, 2015); 2 - a reconciliação entre a sociedade e a natureza (WITTMAN, 2011); 3 - a criação de políticas públicas que valorizem a produção local de alimentos (SAGE, 2012; WITTMAN; 2015); 4 - o entendimento de que as opções do consumo de alimentos também são um ato político (De SCHUTTER, 2015); 5 - a importância da agricultura camponesa para a remodelagem do sistema alimentar (FERNANDES, 2008); 6 - a Agroecologia como uma alternativa ao agronegócio (ALTIERI e TOLEDO, 2011) e outros.

Desse modo, a soberania alimentar pode ser lida como um regime alimentar alternativo pois ela foge da lógica de produção capitalista que tem sido hegemônica na condução do sistema alimentar global. De acordo com as premissas que a orientam o alimento não é somente uma mercadoria, mas acima de tudo, um direito de todas as pessoas em todos os contextos (PATEL, 2009). Considerando essa diversidade, na sequência do trabalho visa-se analisar a contribuição do PAA para a construção da soberania alimentar no Pontal do Paranapanema.

### **3 - O PAA: fomento da agricultura camponesa e combate à fome**

O PAA foi criado no ano de 2003 pelo Governo Federal brasileiro e se caracteriza como uma das mais amplas políticas de compra governamentais de alimentos em todo o mundo (De SCHUTTER, 2014). Ele visa atingir dois principais objetivos: 1 - atender a uma antiga demanda de movimentos camponeses - especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) - por políticas públicas que contribuam para a comercialização dos produtos de origem camponesa e; 2 - contribuir com o combate à fome, através da doação de alimentos para pessoas em condição de vulnerabilidade social.

Para isso, a Lei de nº 10.696 que instituiu o PAA, trouxe como novidade a possibilidade de aquisição dos produtos de origem camponesa sem a necessidade de realização de licitação (MATTEI, 2007). Para acessar ao PAA, os camponeses devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que é emitida por órgãos autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). É permitida a apresentação de uma DAP por unidade de produção camponesa.

Em âmbito nacional, o PAA é gerenciado pelos seguintes órgãos vinculados à Presidência da República: MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

(MAPA); Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (MOPG), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Educação (MEC). Dentre esses, os responsáveis pelo financiamento dessa política pública são o MDA e o MDS. Além do mais, cabe à CONAB a organização do PAA em todas as unidades federativas do Brasil.

O PAA é efetivado através de cinco modalidades (Quadro 01). Todas elas privilegiam o acesso dos camponeses através de cooperativas e associações.

**Quadro 01 - Modalidades do PAA**

Modalidade	Forma de acesso	Limite (em R\$)	Origem do Recurso	Ação
Compra com Doação Simultânea	Individual	6.5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional que compõem o público atendido pela rede socioassistencial (pública ou não) em nível local. Podem ser comercializados produtos orgânicos com valores 30% superiores aos convencionais.
	Organizações (cooperativas/ associações)	8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Organizações (cooperativas/ associações)	8 mil	MDS e MDA	Visa a formação de estoques públicos de alimentos adquiridos dos agricultores de base familiar. Os produtos são entregues em unidades armazenadoras da CONAB ou em polos fixos e volantes de compra.
Compra Direta da Agricultura Familiar	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	8 mil	MDS e MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Consumo de Leite	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	8 mil	Diversos	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fonte: MDA, 2014. Org. COCA, Estevan Leopoldo de Freitas.

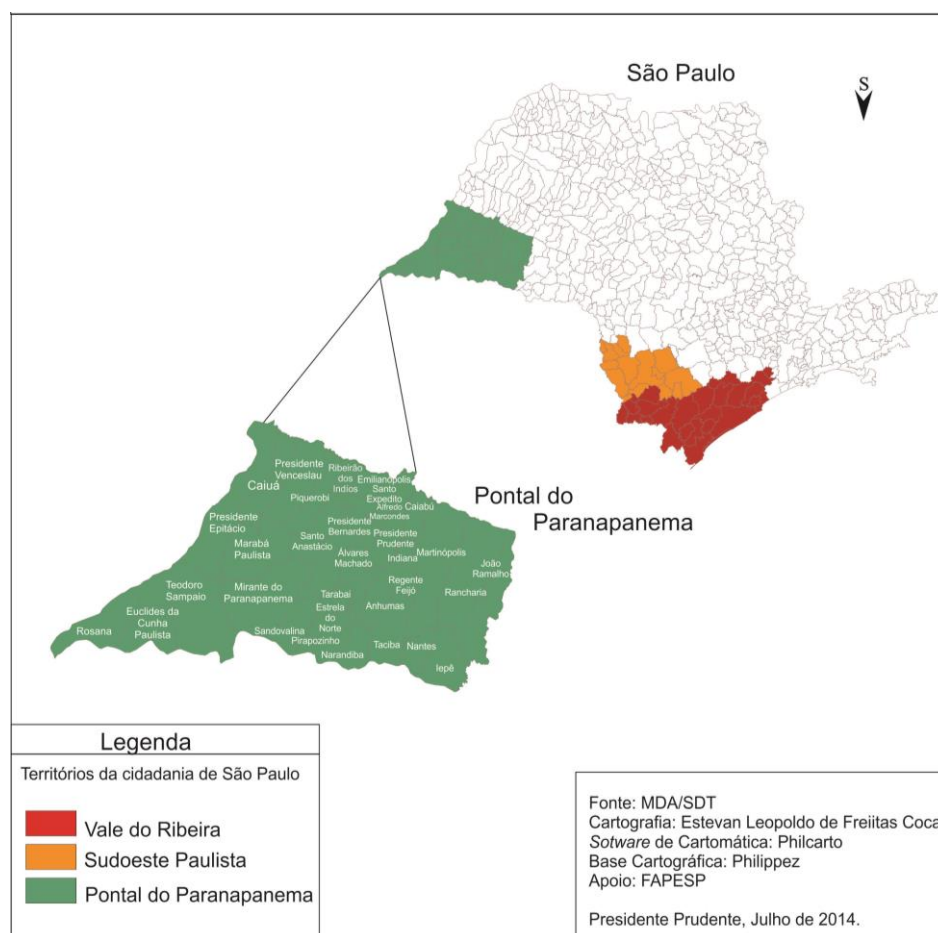
Nessas condições, o PAA funciona como uma política pública por meio da qual o Governo Federal Brasileiro visa interferir no mercado de alimentos através da compra institucional de parte da produção camponesa. Como se pode perceber na sequência, mesmo com algumas limitações que impedem sua maior abrangência, o PAA tem sido uma importante referência para a reconfiguração do sistema alimentar do Pontal do Paranapanema.

## 4 - A contribuição do PAA para a construção da soberania alimentar no Pontal do Paranapanema

Para melhor situar a discussão sobre a contribuição do PAA para a construção da soberania alimentar no Pontal do Paranapanema este tópico está dividido em duas partes. Na primeira consta uma breve caracterização do Pontal do Paranapanema e na segunda constam resultados da implementação do PAA nessa região do estado de São Paulo.

### 4.1 - Caracterização do Pontal do Paranapanema

O Pontal do Paranapanema é composto por 32 municípios pertencentes às microrregiões de Presidente Prudente e Assis, ocupando uma área de 18.441 km<sup>2</sup> (cerca de 7% do estado de São Paulo). Ele é um dos três territórios da cidadania paulistas (Figura 01), que são áreas preferenciais para políticas públicas de desenvolvimento territorial, dentre as quais o PAA.



**Figura 01** - Territórios da Cidadania do estado de São Paulo

No Pontal do Paranapanema vivem 583.703 pessoas, o que representa pouco mais de 1% da população do estado de São Paulo (IBGE, 2010). Desses, pouco mais de 90% dos seus habitantes vive nos centros urbanos. Contudo, deve-se ressaltar que contribui sobremaneira para esses dados o município de Presidente Prudente, que possui 35% da população do Pontal do Paranapanema. Dentre os 207.610 habitantes de Presidente Prudente, 97% vivem na cidade e apenas 3% vivem no campo.

Além do mais, também é importante ressaltar que o Pontal do Paranapanema é uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo. Isso fica evidente na média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de seus municípios, que é de 0,736, número maior do que o do Brasil (0,727), porém, menor do que o do estado de São Paulo (0,783).

No Pontal do Paranapanema ocorreu um dos mais criminosos processos de grilagens de terras já presenciados no Brasil (LEITE, 1991; FERNANDES, 1994). Esse fato que contribuiu para que na década de 1990 a luta pela terra o colocasse em evidência no cenário nacional e internacional. Entre 1988 e 2012 ocorreram no Pontal do Paranapanema 793 ocupações de terras, com a participação de 102.757 famílias (REDE DATALUTA, 2013). A conflitualidade expressa nessas ocupações de terras foi o principal motivo para que entre 1985 e 2012 fossem implantados 114 assentamentos rurais, onde vivem 6.014 famílias (REDE DATALUTA, 2013). Esses assentamentos rurais causaram consideráveis impactos socioterritoriais nos municípios que os receberam (MAZZINI, 2007).

Contudo, mesmo com essa considerável importância que a reforma agrária exerce em âmbito regional, no Pontal do Paranapanema o agronegócio ainda é hegemônico. Isso fica evidente nos dados do Censo Agropecuário de 2006 que dentre outras, traz as seguintes conclusões: 1 - os estabelecimentos familiares são 76,11% do total, porém, ocupam apenas 22,14% da área; 2 - a principal atividade agropecuária é a pecuária e a criação de outros animais, que está presente em 81,46% dos estabelecimentos agropecuários e; 3 - 10,75% dos estabelecimentos agropecuários são ocupados pela lavoura temporária, dentre a qual se encontra a produção da cana-de-açúcar (estão instaladas no Pontal do Paranapanema 07 usinas de cana-de-açúcar) (IBGE, 2006).

#### **4.2 - O PAA no Pontal do Paranapanema**

A análise do PAA no Pontal do Paranapanema aqui efetivada tem por principal referência sua modalidade Compra com Doação Simultânea. São dois os motivos para isso: 1 - ela é a que concentra o maior número de camponeses proponentes e de recursos nessa



região (MOAL, 2013) e; 2 - ela relaciona as unidades de produção camponesas e as entidades socioassistenciais, ou seja, cria um vínculo entre o campo e a cidade.

No Pontal do Paranapanema a primeira experiência do PAA - Compra com Doação Simultânea ocorreu em 2006 envolvendo as seguintes entidades proponentes: Associação Agrícola Pontal (AGROTUR) e Instituto de Desenvolvimento Rural, Educacional e Cultural do Pontal (IDR), ambos de Sandovalina; Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Engenho II (APRAE), de Presidente Epitácio e Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Maturi e Reassentados do Projeto Lagoa São Paulo, de Caiuá. Dessa primeira experiência até o ano de 2013, os municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio foram os que concentraram o maior número de camponeses proponentes. Não por acaso, esses municípios são os que possuem o maior número de assentamentos rurais e de famílias assentadas no Pontal do Paranapanema, o que demonstra a importância do PAA como uma estratégia de fortalecimento dos projetos de reforma agrária.

Além do mais, entre 2006 e 2013 foram realizados 1.008.548 atendimentos de pessoas em condição de vulnerabilidade social PAA - Compra com Doação Simultânea. O município com o maior número de atendimentos foi Teodoro Sampaio, com 284.720. Considerando-se que sua população é de 21.389 (IBGE, 2010), nesse período o número de pessoas em condição de vulnerabilidade social que receberam a doação de produtos cultivados por camponeses do município foi 13 vezes maior do que ela durante os 07 anos de implementação do PAA em Teodoro Sampaio. Mesmo considerando que dentre esse número podem constar pessoas que acessaram o PAA mais de uma vez, haja vista que ele representa a soma de dados anuais, não se pode negar que tal política pública tem sido uma importante referência no combate à fome no Pontal do Paranapanema.

Por outro lado, o número de pessoas em condição de vulnerabilidade social beneficiadas em Presidente Prudente, o município mais populoso do Pontal do Paranapanema, ainda é baixo, somando apenas 101.767. Isso indica que ainda existe um potencial mercado a ser integrado ao PAA - Compra com Doação Simultânea no Pontal do Paranapanema.

Dentre as pessoas as entidades socioassistenciais que atenderam essas pessoas em condição de vulnerabilidade social constam funções como: albergues, amparo à crianças e a idosos, APAE's, associações beneficentes, associações comunitárias, creches, escolas, hospitais e outros.

Considerando essa abrangência, foram realizados oito trabalhos de campo no Pontal do Paranapanema entre março de 2013 e outubro de 2014 com o intuito de compreender a

importância do PAA para a construção da soberania alimentar. Foram constatados os seguintes elementos dessa proposta alternativa: **incentivo à formação e o fortalecimento de cooperativas e associações camponesas, diversificação produtiva, melhora e garantia de renda, valorização do trabalho feminino e melhoria da alimentação no campo e na cidade.** Na sequência consta uma discussão sobre cada um desses.

Com o **incentivo à formação e o fortalecimento de cooperativas e associações camponesas**, o PAA tem rompido com um histórico de fracasso de outras tentativas de desenvolvimento de práticas coletivas no Pontal do Paranapanema. A principal referência negativa vinha da experiência da Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal (COCAMP), que foi fundada por 291 sócios, na sede da Fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema, no dia 28 de dezembro de 1994 (RIBAS, 2002). Na época, ela foi vista como uma importante referência para a gestão política dos assentamentos que vinham sendo conquistados através da luta pela terra efetivada pelo MST no Pontal do Paranapanema. Pela COCAMP foram criados diversos projetos agropecuários e agroindustriais que visavam otimizar a participação dos camponeses assentados no mercado de alimentos em âmbito regional e nacional. Ocorre que devido a diversas acusações de uso ilegal de recursos públicos, a COCAMP nunca atingiu os objetivos que para ela foram traçados pelas lideranças do MST.

Ocorre que, devido ao fato de o PAA incentivar as práticas coletivas, através dessa política pública tem ocorrido a criação e o fortalecimento de cooperativas e associações camponesas no Pontal do Paranapanema, otimizando as estratégias de produção e comercialização do campesinato em âmbito regional. No ano de 2012, quando foi registrado o maior número de camponeses beneficiados pelo PAA - Compra com Doação Simultânea no Pontal do Paranapanema, dentre as entidades proponentes constaram: 69 associações, 2 cooperativas e 3 organizações de mulheres. Dentre essas associações, 10 eram formadas por camponeses “convencionais” e 59 eram formadas por assentados em projetos de reforma agrária. As cooperativas e os grupos de mulheres eram formados exclusivamente por assentados em projetos de reforma agrária.

Um exemplo da importância do PAA para essas entidades é Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Engenho II (ANPRAE), de Presidente Epitácio. Ela agrega camponeses do Projeto de Assentamento Estadual Engenho II, que foi criado por processo desapropriatório no ano de 1998 e abriga 28 famílias. A sua conquista se deu pela luta pela terra realizada pelo Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST), que possui forte vínculo ideológico com a social democracia (FELICIANO, 2006; SOBREIRO FILHO,

2013). Todavia, assim que o assentamento foi criado, esse movimento camponês deixou de atuar junto aos assentados. Ou seja, ele contribuiu para a luta pela terra, mas não contribuiu para a luta na terra.

Com essa lacuna, a ANPRAE foi fundada em 2001 e daí em diante configurou-se como o principal elo de articulação entre os camponeses do Assentamento Engenho II, contribuindo não só para questões relacionadas à comercialização, mas também a outras que englobam diversos aspectos da vida dos assentados. A associação começou a participar do PAA no ano de 2006 por incentivo de funcionários da CONAB, sendo uma das pioneiras no acesso ao mercado de alimentos no Pontal do Paranapanema. No princípio houve um certo receio por parte dos camponeses assentados em participar do PAA, pois tal política pública ainda era uma novidade no Pontal do Paranapanema.

Aqui no Engenho, quando começamos a fazer o PAA, em 2005, no estado todo existia só R\$42 mil, aí eu participei de um curso em Iperó, na Fazenda Ipanema, com o pessoal da CONAB e eu trouxe para cá, nós acampamos a ideia. Estávamos eu; a Vanuza que é assistente social, hoje ela está no fórum de Teodoro Sampaio e o Fabrício, que é veterinário e trabalha aqui em Presidente Epitácio; aí começamos a disseminar. Para eu fazer foi difícil, ninguém acreditava porque associação era apenas uma organização: “Mas como? Vou produzir, entregar e o governo vai pagar? Como é esse negócio?”, até que eu falei: “Vamos fazer!”, Começamos aqui, o Engenho foi o primeiro, começamos com 8? (João - Técnico da Fundação ITESP - 01/04/2014).

Assim, no começo as famílias assentadas ficaram receosas em participar do PAA, pois não confiavam que o governo depositaria o dinheiro referente aos seus produtos de acordo com o que era prometido. Todavia, com o passar do tempo eles perceberam a importância desse canal de comercialização e atualmente, apenas uma pequena parcela dos assentados não faz parte da associação.

Na verdade, essas 7 famílias que não entraram na associação não plantam nenhum produto. Uma tira leite, e o marido é funcionário, trabalha fora; a outra, os dois são aposentados, só criam galinhas; a outra, não mexe com nada, só tem um gado lá; e é assim (Moacir - Presidente da ANPRAE - 11/12/2013).

Das famílias assentadas no Engenho II que dependem da produção agrícola para sobreviver, todas estão vinculadas à ANPRAE e através dela participam do PAA. Assim, o PAA tem contribuído para a geração de renda no assentamento e para o fortalecimento das práticas coletivas.

A associação existe em razão do PAA. A maioria dos assentados faz parte da associação. Porque hoje, se não fizer parte da associação não tem como entrar no PAA, mesmo que não queira, ele é obrigado

a entrar na associação (Moacir - Presidente da ANPRAE - 11/12/2013).

Nesse sentido, o PAA não tem sido somente uma referência para o funcionamento da ANPRAE, como também para o dinamismo do Assentamento Engenho II. Como um dos grandes desafios da reforma agrária no Brasil é não avançar apenas no número de famílias assentadas, mas também na qualidade dos assentamentos rurais, por esse exemplo, constata-se que o PAA pode contribuir com tal objetivo.

Outro exemplo da importância do PAA para a efetivação de práticas coletivas no Pontal do Paranapanema é a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Antônio Conselheiro (APRACON). Ela agrega 20 famílias camponesas do PA Antônio Conselheiro, que foi criado no ano de 2000 em ato desapropriatório após sucessivas ocupações organizadas pelo MST em uma parte da fazenda Santa Clara em Mirante do Paranapanema. Nele vivem 65 camponeses.

Ao contrário do Assentamento Engenho II onde a atuação do MAST deu-se somente no período de luta pela terra, no Assentamento Antônio Conselheiro II ainda existe uma forte atuação do MST. No Pontal do Paranapanema, esse movimento socioterritorial vê no PAA uma possibilidade de melhorar, mesmo que pontualmente, a condição de vida das famílias assentadas, principalmente devido à garantia de renda.

A APRACON foi fundada em 2005 e seus primeiros objetivos foram a aquisição de um tanque resfriador de leite e o acesso ao Plano de Recuperação de Assentamento (PRA) para a reforma de casas. O primeiro projeto da APRACON para acessar o PAA - Compra com Doação Simultânea foi aprovado em 2010. Nele, ela se comprometeu a entregar os seguintes produtos para entidades socioassistenciais do Pontal do Paranapanema: abóbora, farinha de mandioca, feijão, quiabo e raiz de mandioca. O valor obtido com a comercialização desses produtos foi de R\$ 88.824,86.

No ano de 2011 a associação teve aprovado pelo MDA um projeto que visava a construção de uma horta comunitária. Com isso, foram cedidos dois lotes do assentamento onde foi construída uma estrutura com poço tubular profundo, estufa e kit de irrigação. Todas as famílias vinculadas à associação poderiam participar da horta, contudo, apenas 17 se cadastraram e dessas, somente 08 vieram a participar efetivamente das atividades coletivas para cultivo da horta. Atualmente, essa horta é uma das principais responsáveis para que a APRACON cumpra com os objetivos assumidos nos contratos do PAA.

A horta está vinculada à associação e as 08 famílias estão no PAA também. Ela funciona 100% com base no PAA. Aqui nós produzimos a mandioca amarela, quiabo, abóbora, pepino, milho verde, isso fora da estufa. E dentro da estufa nós produzimos alface,

almeirão, rúcula, salsa, coentro, cebolinha, berinjela, pimenta, jiló, essas coisas (Reinaldo - Tesoureiro da APRACON - 01/11/2013).

As famílias que participam da horta dividem entre si o lucro e as despesas. O trabalho ocorre quase sempre no período da manhã. Somente quando o trabalho a ser realizado é muito grande, eles precisam despende mais tempo nessa atividade.

De tal modo, também no caso da APRACON percebe-se que o PAA tem sido uma referência para sua atuação no desenvolvimento de práticas coletivas no Assentamento Antônio Conselheiro. Os camponeses encontram a possibilidade de otimizar sua participação no mercado institucional de alimentos através do vínculo a essa entidade proponente do PAA.

Em suma, percebe-se que o PAA tem contribuído para que associações e cooperativas camponesas se constituam como importantes referências do sistema alimentar no Pontal do Paranapanema, principalmente nos assentamentos rurais.

Outro componente da proposta da soberania alimentar que pode ser percebido no Pontal do Paranapanema é a **diversificação produtiva**. Como já foi dito anteriormente, são predominantes no uso da terra nessa região a pecuária e a cana-de açúcar (IBGE, 2006). Essas atividades agrícolas ocupam quase que a totalidade das terras que são controladas pelo agronegócio e também estão presentes em alguns lotes nos assentamentos rurais (MAZZINI, 2007; SILVA *et al*, 2006).

O PAA tem contribuído para a mudança desse quadro no Pontal do Paranapanema, pois constata-se uma maior diversificação produtiva nas unidades de produção dos camponeses proponentes. Somente no ano de 2012 foram entregues 84 tipos de produtos, inclusive os *in natura* e os beneficiados.

No Pontal do Paranapanema observa-se que devido ao PAA, camponeses que não tinham sequer uma horta para cultivo de legumes e verduras para a própria família, dedicando-se quase que exclusivamente para a extração de leite, agora possuem maior diversidade em sua unidade de produção.

[...] uma das principais coisas é que a gente não percebia há alguns anos atrás a presença de hortas em assentamentos e até mesmo por parte da agricultura familiar tradicional e hoje a gente já começa a ver que através do PAA eles têm buscado fazer uma horta e isso acaba contribuindo com a renda, a gente sabe que o programa é limitado, a verba é muito pequena, mas tem contribuído na questão de fomentar as hortas caseiras e essas hortas vão aumentando aos poucos, eles acabam mantendo excedentes que melhoram a qualidade da sua alimentação e por vezes, ainda vão buscar outros mercados. Eu acho que é um primeiro passo, mas que tem contribuído, sim (Flávio - Membro do Núcleo Técnico do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema - 07/2014).

Essas mudanças são percebidas na grande maioria das unidades de produção camponesas onde se têm trabalhado com o PAA. Contudo, nos assentamentos rurais a diversificação produtiva é percebida de maneira mais intensa. Isso fica claro no depoimento de um dos diretores da Cooperativa do Assentamento Bom Pastor (COOESP), em Sandovalina.

[...] antes nós não produziámos nada! Minha mãe ficou assentada 10 anos e nós nunca comemos um pé de alface do sítio! Plantávamos 10 pés, comíamos 2 e o resto estragava. Hoje todo mundo tem uma horta no fundo do quintal! Eles tiram o alimento primeiro para subsistência, e o excedente eles vendem. Antigamente não tinha isso (Ivandro - Diretor da COOESP - 26/07/2014).

Nesse sentido, o PAA surge como uma alternativa para que as famílias assentadas passem a desenvolver suas próprias hortas, através das quais obtêm os produtos que são comercializados com o mercado institucional e também parte da sua alimentação.

Rapaz, antes de entrar para o PAA, eu plantava uns pés de mandioca para dar para os bichos, tinha uma hortinha com 2 canteiros só para o gasto, só isso. Eu não comercializava com ninguém. Agora, está uma maravilha. Houve uma melhoria muito grande (Reinaldo - Tesoureiro da APRACON - 01/11/2013).

Assim, observa-se que um dos principais impactos do PAA no Pontal do Paranapanema tem sido uma maior diversificação produtiva nos assentamentos rurais.

Na nossa região, os produtos mais comuns são os da fruticultura. Com o PAA mudou muito a paisagem dos assentamentos. Antes, os produtores tinham só uma hortinha, eles começaram e não tinham nada, porque no assentamento antes era só a cana dos fazendeiros. Aí eles começaram a ter uma hortinha de subsistência e a gente foi desenvolvendo, foi plantando o que dá na região, como no caso da fruticultura, mas nem todos como o morango, a gente aqui não tem, o caqui é dificultoso para a gente ter; tem muita banana, goiaba, mamão, tem as folhagens, berinjela, tomate, cenoura, pitaia está entrando também, mas vai da estação para o que se planta (João - Técnico da Fundação ITESP - 01/04/2014).

Constata-se que devido a flexibilidade que o PAA oferece, os camponeses proponentes do Pontal do Paranapanema podem produzir alimentos de acordo com a sazonalidade. A diversificação produtiva ocorre pelo cultivo de alimentos que são característicos da região, especialmente as frutas tropicais.

Desse modo, o PAA tem sido uma importante referência para que ocorra uma maior diversificação produtiva no Pontal do Paranapanema. Através dele os camponeses

proponentes são incentivados a produzirem diversos tipos de alimentos que enriquecem a dieta das próprias famílias produtoras e também de pessoas em condição de vulnerabilidade social.

No Pontal do Paranapanema também percebe-se que o PAA tem sido um instrumento de **geração e garantia de renda no campo**. Isso é importante porque mesmo sendo o estado mais rico e mais industrializado do Brasil, em São Paulo também existem pessoas que vivem em condições precárias. O Pontal do Paranapanema é um exemplo disso. Ele possui 2,15% de sua população classificada como extremamente pobre, 7,07% como pobre e 24,12% como vulnerável à pobreza (PNUD, 2013). Portanto, 33,34% da população do Pontal do Paranapanema está em um dos três extratos de pobreza definidos pela ONU, o que indica que essas pessoas não possuem recursos necessários para poder desenvolver suas vidas de uma maneira digna.

Essa situação é mais precária nos municípios com assentamentos rurais. Um exemplo é Mirante do Paranapanema, que no Pontal do Paranapanema é o município com maior número de assentamentos rurais e de famílias assentadas e que também possui o maior número de pessoas em condição de extrema pobreza, com 6,41% de sua população. Isso também pode ser percebido em Euclides da Cunha Paulista, que é o terceiro com maior número de assentamentos rurais e o quarto com maior número de famílias assentadas. Ele ocupa a segunda colocação dentre os que possuem os maiores índices de pessoas em condição de extrema pobreza, com 5,16% de sua população. Já, Teodoro Sampaio, que possui o segundo maior número de assentamentos e a segunda maior população assentada ocupa o terceiro posto dentre os municípios com maior número de pessoas em condição de extrema pobreza, com 5,10% de sua população. Assim, a pobreza é uma realidade no Pontal do Paranapanema e efeta com maior intensidade o campo, especialmente as famílias camponesas assentadas.

Tal fato indica que é urgente a tomada de medidas que visem melhorar a condição de vida da população do campo no Pontal do Paranapanema. Nesse sentido, o PAA tem contribuído para que essa situação de pobreza seja ao menos amenizada com a garantia e a elevação da renda dos camponeses proponentes.

No assentamento Engenho II, por exemplo, fica evidente que com a comercialização dos produtos pelo PAA, os camponeses assentados possuem um importante aumento na sua renda mensal.

Essa é uma renda a mais, além do que a gente tinha. Hoje se a gente for entregar mensalmente, vai dar um valor de R\$ 580,00 por mês, e esse valor aumentou em cima do que a gente já ganhava. É uma renda a mais, e melhorou a situação do assentamento; depois do

PAA mudou o sentido. Para você ver, nós ficamos 5 meses sem receber esse ano, a gente ficou lá embaixo, parece que jogou um balde de água fria em cima do povo. Depois que começou a receber agora, o povo já tem outro ânimo, você encontra o cara e ele já está com mais satisfação, mais alegre (Moacir - Presidente da ANPRAE - 11/12/2013).

Nesse sentido, a renda obtida através do PAA tem sido importante para a dinamização do assentamento. Nos períodos em que não é possível acessar a essa política pública, as condições de vida das famílias assentadas são mais difíceis. A renda obtida através do PAA complementa a renda obtida através de outras atividades como a produção de leite e a participação em feiras-livres nos centros urbanos.

Isso também é observado no assentamento Lagoinha, em Presidente Epitácio. O PAA tem contribuído para que as famílias tenham outra fonte de renda além da produção do leite, diminuindo até mesmo as dívidas com os bancos. De acordo com um dos membros da Associação dos Produtores do Assentamento Fazenda Lagoinha (APAFL)

[...] a maioria tinha uma grande “prensa” em banco, eu vou falar porque eu conheço a maioria aqui, eu também vou falar por mim mesmo, nós tínhamos 90% de banco, que eram devedores, só o leite, ele te dá comida, te mantém, mais não paga contas. Aí graças a Deus a CONAB está aí hoje, há oito anos, se não fosse a CONAB, que é o PAA... meu Deus do céu (Luiz Roberto - Sócio da APAFL - 01/04/2014).

Assim, no PA Lagoinha verifica-se que o PAA tem sido o responsável pela criação de uma nova fonte de renda além do leite. Com isso, assegura-se que a melhoria de renda tem possibilitado até mesmo a aquisição de bens materiais que antes não podiam ser adquiridos pelos camponeses assentados.

Antigamente, vamos dizer assim, a maioria andava de bicicleta. Hoje, graças a Deus, a gente vê que o assentamento cresceu, evoluiu muito, é caminhonete, é carro, é caminhão, moto, todo mundo está bem, graças a Deus, o que tem menos é uma moto. Então, eu digo que o projeto da agricultura familiar, plantando, agregando valo... muita gente aqui comprava alface na feira, hoje não, cada um tem seu produto. Quem quer viver da terra, consegue viver, agora tem aqueles que pensam que não tem jeito [...] (Luiz Roberto - Sócio da APAFL - 01/04/2014).

Contudo, percebe-se no Pontal do Paranapanema que os camponeses proponentes do PAA entendem que o valor da cota anual ainda é pequeno e, considerando a força de trabalho da família e a terra que dispõem, seria possível oferecer mais produtos para o mercado institucional de alimentos. No PA Antônio Conselheiro, por exemplo, destaca-se a



perca de frutas por parte de alguns camponeses assentados que por terem excedido a cota anual não podem comercializá-las através do PAA.

O PAA ajudou muito na renda. Ajudou porque tinha muita fruta que a gente perdia, aí depois que eles começaram a pegar, a gente não perde mais as frutas. Só que esse valor aí que eles estão dando, para nós ainda sobra muita fruta, estamos perdendo várias, porque o valor é pouco, poderia ser mais, ia ajudar mais a gente (Adão - Sócio da APRACON - 01/11/2013).

Nesse caso, percebe-se que a família camponesa possuía condições de ofertar mais produtos do que o valor da cota anual possibilita. Contudo, não podendo fazê-lo acaba perdendo os alimentos, pois não existe outro canal por meio do qual ele possa ser comercializado por preços que sejam compensatórios.

Camponeses assentados do PA Antônio Conselheiro reconhecem que poderiam oferecer alimentos em maior quantidade e com qualidades ainda mais diversificadas se a cota anual permitisse.

Eu acho que poderia ser um pouquinho mais, aceitar mais produtos, porque a terra produz mesmo, não é?! Tem a terra e nós temos a coragem, então eu queria que eles aceitassem mais produtos ainda. Porque tem muita coisa aqui que nós temos vontade de produzir, mas eles não aceitam (Teresa - Sócia da APRACON - 01/11/2013).

Outro problema ocasionado pela pequena cota anual é que em algumas famílias parte dos seus membros têm tido que busca trabalho fora do lote, especialmente nas usinas de cana-de-açúcar para poder aumentar a renda. No assentamento Bom Pastor, por exemplo, alguns membros de famílias camponesas têm deixado o trabalho do lote para serem empregados pela usina Umoe Bionergy.

[...] o valor anual ainda é pouco, poderia ser maior. Se a pessoa tem um trabalho na usina e coloca do lado o “PAAzinho”, ela prefere ficar na usina. Lá, ela recebe seus R\$ 1.000,00 por mês. Os jovens, mesmo, os filhos dos assentados vão todos para a usina (Ivandro - Diretor da COOESP - 26/07/2014).

Nesse sentido, em alguns casos, o valor da cota anual não é o suficiente para que seja suprida toda força de trabalho que a família camponesa possui. Em razão disso, alguns de seus membros, especialmente os jovens, têm buscado emprego em grandes empresas do agronegócio como é o caso das usinas de cana-de-açúcar.

Mesmo com essa limitação, não se pode deixar de negar que o PAA tem sido um instrumento de geração e garantia de renda no campo. Isso tem sido importante porque

tem contribuído no combate à pobreza no Pontal do Paranapanema, especialmente nos assentamentos rurais.

Outro componente da proposta de soberania alimentar que tem sido presenciado na implementação do PAA no Pontal do Paranapanema é a **valorização do trabalho feminino**. Isso pode ser percebido em escalas maiores, o que é o caso das associações e organizações de mulheres e também em escalas menores, a exemplo da participação delas no gerenciamento produtivo dos lotes dos assentamentos rurais.

No ano de 2012, dentre as 74 entidades proponentes do PAA no Pontal do Paranapanema, 08 eram formadas por mulheres, sendo elas: a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Maturi e Reassentamento do Projeto Lagoa São Paulo, de Caiuá; a Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT), de Euclides da Cunha Paulista; a Associação dos Produtores Rurais do Bairro Areia Branca, de Marabá Paulista; a Associação das Mulheres Assentadas da Região do Pontal do Paranapanema, a Associação Feminina do Município de Mirante do Paranapanema e a Associação Pecuária e Agrícola do Município de Mirante do Paranapanema (APAMP), todas de Mirante do Paranapanema, além da Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (OMUS), de Rosana.

Todas essas entidades proponentes do PAA no Pontal do Paranapanema que são formadas por mulheres têm origem nos assentamentos rurais. Isso denota que como parte do aprendizado de luta pela terra e de luta na terra o componente gênero ganha uma importante relevância.

No ano de 2012, no que se refere à modalidade Compra com Doação Simultânea, essas entidades proponentes formadas por mulheres foram responsáveis pela comercialização de 70 tipos de produtos no Pontal do Paranapanema, sendo que dentre eles, além de frutas, legumes e verduras *in natura*, também constavam beneficiados (farinha de mandioca, polvilho, bolacha, doce de leite, polpa de acerola, queijo e polvilho) e de origem animal (ovos de galinha, tilápia e frango vivo). Assim, as mulheres assentadas proponentes do PAA têm exercido um papel de grande importância para que sejam criadas alternativas para a agregação de valor aos produtos, não se limitando aos trabalhos realizados nas hortas localizadas nas unidades de produção camponesas.

Na escala da unidade de produção camponesa, percebe-se que o PAA tem reforçado o papel das mulheres no cuidado das hortas, o que denota que além de contribuírem com os afazeres domésticos e cuidarem dos filhos, elas também têm sido fundamentais para o desempenho produtivo.

Hoje, para você fazer um projeto para a CONAB, você deve ter no mínimo 40% de mulheres. Quem trabalha mais no sítio são as mulheres, na horta, os homens não trabalham, eles vão tirar leite e fazer outras coisas, mas isso não, a parte da horta é a mulher (Ivandro - Diretor da COOESP - 26/07/2014).

De tal maneira, o trabalho feminino tem sido importante para que o PAA contribua com a diversificação produtiva nas unidades de produção camponesas do Pontal do Paranapanema. Isso reforça leitura realizada por Desmarais (2003), que entende que um dos meios pelos quais as mulheres podem contribuir para a construção da soberania alimentar é através da defesa da biodiversidade nas comunidades rurais.

Por fim, também constata-se que o PAA tem contribuído no **combate à fome** no Pontal do Paranapanema. Isso pode ser percebido na **melhoria da alimentação da própria família proponente e na de pessoas em condição de vulnerabilidade social que recebem a doação dos alimentos**.

Por parte dos camponeses proponentes, constata-se que com a participação no PAA aumentou o consumo de frutas, verduras e legumes.

Só vou te dar uma ideia, por exemplo, nós trabalhamos dessa forma, primeiro a gente come os produtos, e o que sobrar a gente vende, quer dizer, tem fatura na parte de legumes e verduras que nunca teve. Isso a gente não precisa comprar, e depois vende para o PAA. E outra, consegue comprar alguma coisa, televisão e poder pagar as mensalidades (Reinaldo - Tesoureiro da APRACON - 01/11/2013).

Assim, os produtos adquiridos fora do lote passam a ter apenas um caráter complementar na dieta alimentar das famílias camponesas proponentes do PAA.

Antes, a gente não comercializava, mas para comida não faltava nada. Agora depois do PAA, que nós entramos, melhorou mesmo! Nossa, 100%! Melhorou porque agora a gente tira um dinheirinho para comprar o que nós não produzimos aqui, e tem a fatura, é fatura mesmo em nossa horta! (Teresa - Sócia da APRACON - 01/11/2013).

Nessas condições, além de terem uma renda adicional, obtida por meio da cota anual a que cada um tem direito, os camponeses proponentes também passam a gastar menos com produtos gerados fora das suas unidade de produção.

Também percebe-se uma melhora na alimentação das pessoas em condição de vulnerabilidade social atendidas por entidades socioassistenciais beneficiárias do PAA no Pontal do Paranapanema. Isso tem possibilitado às entidades socioassistenciais uma maior efetividade na oferta da alimentação das pessoas que por elas são atendidas, de modo que “[...] antigamente, as entidades como a APAE e a Santa Casa iam nos lugares e pediam

doações ou iam nos mercados e pegavam as sobras, mas isso acabou” (João - Técnico da Fundação ITESP - 01/04/2014). Nessas condições, as entidades socioassistenciais já não precisam pedir doações ou comprar as “sobras” de alimentos comercializados pelos supermercados, pois pelo PAA - Compra com Doação Simultânea elas passam a receber produtos frescos, saudáveis e diversificados semanalmente.

Um exemplo da importância do PAA - Compra com Doação Simultânea para o atendimento de pessoas em condição de vulnerabilidade social é a Associação de Recicladores de Presidente Epitácio (ARPE), a qual recebe produtos entregues por camponeses da APAFL e da ANPRAE. A ARPE existe há 11 anos e tem por função organizar 33 coletores e recicladores de resíduos sólidos no município de Presidente Epitácio. Essa entidade é composta majoritariamente por pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por isso, precisam de uma atenção especial no que tange à sua alimentação.

[...] as pessoas que você traz para trabalhar na coleta seletiva não são os melhores profissionais que estão no mercado, os melhores profissionais que estão no mercado, hoje estão trabalhando em Presidente Epitácio no frigorífico, no comércio. Então, são pessoas sem qualificação profissional, com baixo nível de escolaridade, e aqui acaba sendo uma oportunidade de renda, mas obviamente precisa ser melhorado [...] (Antônio - Secretário de Meio Ambiente do município de Presidente Epitácio - 01/04/2014).

Em razão disso, desde 2012, a ARPE tem sido beneficiada pela entrega de alimentos do PAA – Compra com Doação Simultânea. Isso tem possibilitado aos membros da ARPE uma dieta mais diversificada.

A doação do alimento ajuda muito porque o pessoal tem aquela dificuldade na administração do dinheiro, então, às vezes tinha pessoa que vinha só com arroz de comida. Hoje, graças a Deus, não acontece isso porque tem o que supre nossas necessidades. Toda segunda a gente recebe esses alimentos. Agora na associação eles fizeram uma rede de distribuição e nós vamos toda segunda-feira, cada um pega sua cesta e leva. Isso ajuda bastante, porque com todas as dificuldades que tem, como a maioria é mulher e quando tem filho dentro de casa passa uma certa dificuldade, então esses alimentos suprem as nossas necessidades (Márcia - Diretora da ARPE - 01/04/2014).

De tal modo, a doação dos alimentos através do PAA tem sido a responsável para que os recicladores de resíduos sólidos e a suas famílias tenham uma considerável melhoria na alimentação. Em razão disso, já não se observa mais casos em que os recicladores trazem em sua marmita apenas o arroz branco, haja vista que pelo PAA eles têm acesso a alimentos diversificados que suprem suas necessidades nutricionais.

Ainda no município de Presidente Epitácio isso também pode ser percebido na Associação Cultural e Assistencial Nova Evangelização de Presidente Epitácio (Casa Santa Marta). Os objetivos dessa entidade são os seguintes:

O público alvo é o migrante, pessoas que passam aqui e damos o pouso de 3 dias. Depois, encaminhamos para a rede pública, para a Casa de Passagem. Nós temos o irmão de rua, em que fazemos o papel da pastoral de rua, eles vêm aqui tomam banho (toda parte de higiene) e comem; e temos os dependentes químicos que querem sair da situação de dependência química. Nós ajudamos. Têm aqueles também que estão na rua e têm o desejo de sair da rua, nós também os acolhemos (Leandro - Fundador e responsável geral da Casa Santa Marta - 15/01/2014).

Com base nesses objetivos, o público atendido pela Casa Santa Marta é de cerca de 15 migrantes e moradores de rua por dia, além de cerca de 10 dependentes químicos. Essa entidade começou a receber a doação de alimentos do PAA em 2011 quando uma assistente social do município de Presidente Epitácio procurou os responsáveis por essa entidade e lhes apresentou a possibilidade de inserir-se nessa política pública. A avaliação é de que isso tem contribuído consideravelmente para uma melhoria na alimentação das pessoas que por ela são assistidas.

Com certeza houve uma grande melhora! A qualidade da comida melhorou. Igual, a menina está cortando ali uma cenoura, um pimentão, tudo bonitinho. Antigamente, nós íamos pegar do que restava do mercado, então nós tínhamos que cortar o que não prestava, agora esses aí não, são produtos de primeira! Aliás, o produto da CONAB só se pode pegar se for de primeira. Para nós melhorou muito! (Leandro - Fundador e responsável geral da Casa Santa Marta - 15/01/2014).

Isso reforça o que foi apontado anteriormente: antes do PAA, entidades socioassistenciais do Pontal do Paranapanema dependiam de doações de particulares ou da compra de sobras dos mercados para prover a alimentação do público por elas atendido. Contudo, com o PAA elas passaram a receber alimentos frescos, saudáveis e diversificados, o que representa uma considerável melhora na alimentação das pessoas em condição de vulnerabilidade social por elas atendidas.

Assim, com elementos apresentados até aqui verifica-se que o PAA é avaliado positivamente tanto pelos camponeses proponentes como pelos representantes de entidades socioassistenciais que recebem a doação dos produtos. Ao mesmo tempo em que ele tem gerado um maior dinamismo nos assentamentos rurais, ele também tem sido uma referência no combate à fome no campo e na cidade.

## 5 - Considerações finais

Dentre da proposta alternativa de soberania alimentar o Estado não é negligenciado. Pelo contrário, acredita-se que ele deve ser disputado para que sejam criadas políticas públicas que contribuam para a alteração do *status quo*.

A análise do PAA no Pontal do Paranapanema, realizada nesse artigo, é um exemplo de como políticas públicas podem contribuir para que sejam criadas propostas alternativas ao regime alimentar hegemônico. Mesmo reconhecendo que o PAA ainda é uma política pública com pequeno impacto no campo brasileiro, haja vista que os recursos investidos nela são inexpressivos frente ao financiamento do agronegócio, os resultados aqui apresentados denotam sua capacidade em contribuir para a construção da soberania alimentar.

Fatores como a criação e o fortalecimento de cooperativas e associações camponesas, a diversificação produtiva, a garantia e melhoria de renda, a valorização do trabalho feminino e a melhoria da alimentação na cidade e no campo são exemplos de positivos impactos que o PAA tem causado no sistema alimentar do Pontal do Paranapanema.

## Referências

ALTIERI, M.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: Rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, Kortenaerke, 38, 587-612, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.

De SCHUTTER, O. **The power of procurement: public purchasing in the service of the realizing the right to food**. Roma: FAO, 2014.

\_\_\_\_\_. Food democracy South and North: from food sovereignty to transition initiatives. 2015. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/olivier-de-schutter/food-democracy-south-and-north-from-food-sovereignty-to-transition-initiatives>>. Acesso em: 02 de abril de 2015.

DESMARAIS, A. The Via Campesina on the frontiers of food sovereignty. **Canadian Woman Studies**, Toronto, 23, p. 140-145, 2003.

\_\_\_\_\_. **La Via Campesina: globalization and the power of peasants**. Halifax and London: Fernwood Publishing and Pluto Press, 2007.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação, de 17 de novembro de 1996.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS; IFAD - INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT; WFP - WORLD FOOD PROGRAMME. **The state of the food insecurity in the world**. Roma: FAO, 2014.

FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde**. A Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no estado de São Paulo, 1994**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do território. In: FABRINI, J. E.; PAULINO, E. T. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRIEDMAN, H. The family farm and the international food regimes. In: SHANIN, T. (org.). **Peasants and peasants societies**. Londres: Basil Blackwell, 1987.

\_\_\_\_\_. From colonialism to green capitalism: social movements and the emergence of food regimes. In: BUTTEL, F. H.; McMICHAEL, P. (orgs.). New directions of Sociology of global development. **Research in rural sociology and development**, 11, Oxford: Elsevier, p. 229-67, 2005.

FRIEDMAN, H.; McMICHAEL, P. Agriculture and the state system. The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, Malden, 29, 2, p. 93-117, 1987.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. Food crises, food regimes and food movements: ramblings of reform or tides of transformation. **Journal of Peasant Studies**, Kortenaerke, 38, p. 109-144, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 de março de 2015.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Rucitec, 1991.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção, e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM (UNB)**, 7, p. 33-44, 2007.

MAZZINI, E. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: Uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** Presidente Prudente, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

McMICHAEL, P. **Development and social change: a global perspective**. Thousand Oaks: Pine Forge, 2000.

\_\_\_\_\_. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, Kortenaerke, v.36, n.1, p. 139-169, 2009.

\_\_\_\_\_. Historicizing Food Sovereignty: a Food Regime perspective. In: Food Sovereignty: a critical dialogue - International Conference, 2013, New Haven. **Anais...** New Haven: Program in Agrarian Studies of Yale University, 2013.

\_\_\_\_\_. A comment on Henry Bernstein's way with peasants, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, Kortenaerke, 42, p. 193-204, 2014.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PAA**. 2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/paa>>. Acesso em: 23 de mar. 2016.

MOAL, M. F. L. Programa de aquisição de alimentos nos assentamentos rurais da reforma agrária, análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura. 2013. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada). Universidade de São Paulo .

MONTEIRO, C. A.; CANNON, G. The impact of transnational “big food” companies: a view from Brazil. **Plos Medicine**, Washington, 9, 7, p. 1-5, 2012.

NYELENI. **Declaration of the Forum for Food Sovereignty**. 2007. Disponível em: <<http://nyeleni.org/spip.php?article290>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

PATEL, R. Food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, Kortenaerke, 36, 663-703, 2009.

\_\_\_\_\_. The long Green Revolution. **Journal of Peasant Studies**, Kortenaerke, 40, 1-63, 2012.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 21 de março de 2015.

POLLAN, M. **The omnivore's dilemma: a natural history of our meals**. Nova Iorque: The Penguin Press, 2006.

REDE DATALUTA. **Relatório DATALUTA 2012**. Presidente Prudente, 2013.

RIBAS, A. **Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços de Assentados de Reforma Agrária do Pontal**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, *campus* de Presidente Prudente.

ROMAN-ALCALÁ, A. Occupy the farm: a study of civil society tactics to cultivate commons and construct food sovereignty in United States. In: Food Sovereignty: a critical dialogue - International Conference, 2013, New Haven. **Anais...** New Haven: Program in Agrarian Studies of Yale University, 2013.

SAGE, C. **Environment and food**. Londres: Routledge, 2012.



SILVA, A.; FERNANDES, B. M.; VALENCIANO, R. **RIST - Relatório de Impactos Socioterritoriais: desenvolvimento territorial e políticas públicas**. Brasília: INCRA, 2006.

SOBREIRO FILHO, J. **Os movimentos em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

STUCLER, D.; NESTLÉ, M. Big food, food systems, and global healthy. **Plos Medicine**, Washington, 9, 6, p. 1-4, 2012.

VIA CAMPESINA. **Tlaxcala declaration of the Via Campesina**. 1996. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/index.php/our-conferences-mainmenu-28/2-tlaxcala-1996-mainmenu-48/425-ii-international-conference-of-the-via-campesina-tlaxcala-mexico-april-18-21>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

VIEIRA, F. **Via campesina: um projeto contra-hegemônico?** 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flaviabraga.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

WITTMAN, H. **Food sovereignty: a new rights framework for food and nature?** Environment and Society: Advances in Research, Nova Iorque, 2, p. 87–105, 2011.

\_\_\_\_\_. **From protest to policy: the challenges of institutionalizing food sovereignty**. 2015 (no prelo).

ZIEGLER, J. **Destruição massiva: Geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2012.

Recebido em 09/01/2016

Aceito em 24/03/2016